

# METODOLOGIA DE PROJETO PARA ATHIS

## ESTUDO DE CASO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA SOCIEDADE BARRACÃO, CURITIBA

### AUTOCONSTRUÇÃO COMO MEIO DE ACESSO À MORADIA

Os **assentamentos precários**, frutos do modelo de urbanização, caracterizam a produção da **cidade informal** no país. (VIDAL, 2008). Habitações precárias e a falta de acesso à cidade urbanizada fazem parte da realidade desses assentamentos, nos quais a **AUTOCONSTRUÇÃO** predomina e representa o processo permanente a partir do qual a população de baixa renda acessa à moradia.

Mesmo dentro da política habitacional, as ações de regularização fundiária e produção de lotes urbanizados, acabaram gerando habitações autoconstruídas sem o devido apoio de profissionais ao longo dos anos.

A autoconstrução é, desse modo, a modalidade de construção mais utilizada no país, contando com o trabalho familiar baseado em técnicas rudimentares, desenvolvidas empiricamente para a execução. Os materiais utilizados são geralmente os de menor preço e de fácil transporte, o produto gerado é geralmente uma casa mínima, com poucos cômodos e sem acabamento, que vai sendo ampliada e acabada ao longo dos anos, onde o uso é marcado pela **necessidade** de se ter um abrigo. (FERRO, 2006). A burocracia e o alto custo da contratação de profissionais para a elaboração do projeto e execução também são determinantes para a popularidade da autoconstrução como meio de **acesso à moradia**. (NASCIMENTO, 2011).

Sem a devida assistência de arquitetos e urbanistas no projeto e na execução, a autoconstrução representa riscos aos moradores, que acabam vivendo em espaços marcados pela precariedade habitacional.

Dentre as políticas que reconhecem esta realidade, a autogestão e a ATHIS também são formas de produzir a cidade que expressam a busca pelo **direito à moradia**, na qual os trabalhadores reivindicam o direito de produzir e se apropriar do seu habitat. (LAGO, 2012).

A **LEI 11.888/2008**, Lei da Assistência Técnica gratuita direcionada à famílias com renda de até três salários mínimos, surgiu há 10 anos com o intuito de auxiliar a produção de espaços correspondentes à autoconstrução e à autogestão, facilitando o acesso aos serviços prestados por profissionais da área de arquitetura e urbanismo.



FOTO: Sociedade Barracão, Coletivo Trena.

Embora seja um direito garantido por lei, atualmente a aplicação da Assistência Técnica é prejudicada por conta da falta de apoio político, financeiro e de profissionais habilitados para esta prática. As experiências com êxito nesta área no Brasil contaram com o trabalho de profissionais experientes que construíram ao longo do tempo uma prática para sua aplicação e atuaram em municípios e estados nos quais a autogestão e a autoconstrução por mutirão com assistência técnica são previstas dentro das políticas habitacionais.

O caminho para a garantia da Assistência Técnica efetiva em todo o país ainda é longo, e ainda maior no município de Curitiba, cuja política habitacional não prevê este tipo de linha de ação.

Desse modo, o **objetivo do TFG** é desenvolver uma metodologia de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) a partir de uma experiência concreta ocorrida no ano de 2017 em Curitiba, na favela **Sociedade Barracão**, que contou com o apoio de profissionais do Coletivo Trena.

### LOCALIZAÇÃO DA FAVELA SOCIEDADE BARRACÃO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA E NO BAIRRO BOQUEIRÃO



### A SOCIEDADE BARRACÃO

A **Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis Sociedade Barracão** foi uma das 381 ocupações irregulares levantadas pelo IPPUC e pela COHAB - CT no município de Curitiba em 2010 (IPPUC, 2015).

A formação do assentamento precário se deu a partir da falência da empresa Tecnicom que ocupava um terreno de 1.443 m<sup>2</sup> situado na esquina entre as Ruas Professor José Maurício Higgins e O Brasil para Cristo, no bairro Boqueirão. A partir disso, o terreno de massa falida ficou abandonado, possibilitando o parcelamento do terreno pelos primeiros ocupantes e posterior venda de lotes clandestinos para carrinheiros. Cerca de 30 famílias chegaram a ocupar o local desde então, utilizando o barracão da antiga fábrica de peças industriais como **abrigo**, área de **armazenamento** para os materiais recicláveis coletados e área de **trabalho**.

Já estabelecidos na favela denominada Sociedade Barracão, localizada próxima ao canal do Rio Belém, os moradores enfrentaram a luta pelo direito de ficar na terra a partir de 2004, quando a massa falida da Tecnicom entrou com pedido de mandato de desocupação de imóvel. A ONG Terra de Direitos passou então a atuar em defesa da comunidade no ano de 2006 com a apresentação de exceção por usucapião coletivo, instrumento de regularização fundiária previsto na Constituição Federal e garantido pelo Estatuto da Cidade.

No ano de 2007 um incêndio assolou a Sociedade, tornando a situação de precariedade ainda maior. Mais tarde em 2010, a COHAB - CT elaborou projeto de reassentamento dos moradores que permaneceram após o incêndio para o loteamento Parque Iguazu 3, localizado no Bairro Ganchinho, porém nenhuma família aceitou tal proposta.

Em Janeiro de 2013, a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis Sociedade Barracão conquistou o direito à moradia por **usucapião coletivo**, o primeiro caso no Estado do Paraná.

A partir da conquista do direito de permanecer na área, os moradores da Sociedade Barracão passaram a enfrentar um novo problema: a **luta para reurbanizar a área**.

O desenvolvimento do projeto se dá a partir da experiência de prestação de Assistência Técnica feita pelo grupo de profissionais denominado Coletivo Trena para o projeto de reurbanização da Sociedade Barracão.

A atuação voluntária dos profissionais arquitetos e urbanistas e engenheiros no assentamento precário enfrentou diversos entraves, tornando-se objeto de estudo para o desenvolvimento de uma **metodologia de projeto para ATHIS**.

- FALTA DE RECURSOS
- PRECARIEDADE DAS CASAS
- INSATISFAÇÃO COM O PROJETO DE REURBANIZAÇÃO
- LINGUAGEM DE PROJETO INACESSÍVEL
- EXECUÇÃO DAS OBRAS EM DESACORDO COM OS PROJETOS



FOTO: Sociedade Barracão, Coletivo Trena.

Dentre as contribuições do TFG, pretende-se demonstrar como o arquiteto e urbanista pode contribuir para a aplicação da Lei 11.888/2008, Lei da Assistência Técnica gratuita. Além disso, demonstrar como o arquiteto e urbanista pode contribuir para a aplicação da lei tomando como princípio a alteridade, ou seja, colocando-se no lugar e ao lado dos moradores com o objetivo de pensar em intervenções que alcancem a complexidade do espaço, incorporem os moradores ao longo de todo o processo e na tomada de decisões.

O projeto se baseia também na contribuição do arquiteto e urbanista para a instauração de um planejamento insurgente, uma vez que ele se dá através de uma construção binária de práticas, levando sempre em conta os diversos atores necessários para essa construção, desde o Poder Público, os profissionais e os membros da comunidade. (MIRAFAB, 2016).

FERRRO, S. *Arquitetura e trabalho livre*. 1 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2006.  
IPPUC. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. *Nosso Bairro*. 2015. Disponível em: < <http://www.ippuc.org.br/nossobairro/anejos/01-Centro.pdf> >. Acesso em: 7 abr. 2018.  
LAGO, L. C. do. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Autogestão habitacional no Brasil: entre utopias e contradições*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012. p. 7-16.  
MIRAFAB, F. *Insurgência, Planejamento e a Perspectiva de um Urbanismo Humano*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Recife, v.18, n. 3, p. 363-377, set./dez. 2016.  
NASCIMENTO, D. M. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. (Orgs.) *Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2011. p.1-13.  
VIDAL, F. E. C. A Autoconstrução e o Mutirão Assistidos como Alternativas para a Produção de Habitações de Interesse Social. 165 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Tecnologia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

Desse modo, o projeto parte de **três premissas** principais: a primeira é o entendimento da **lógica** que a comunidade usa para o desenvolvimento das fases de projeto e construção, uma vez que a produção de espaço em assentamentos precários é um processo que se dá ao longo do tempo, a aplicação da ATHIS se torna um processo não linear. A segunda premissa se baseia no direito que todos os cidadãos têm de **produzir e apropriar-se da cidade**, inclusive os moradores de assentamentos precários. A terceira premissa parte do direito de todos em ter **acesso à cidade urbanizada**, portanto, direito à moradia digna e à infraestrutura, justificando a necessidade e a importância da assistência técnica.

P R E M I S S A S

- ENTENDIMENTO DA LÓGICA DA COMUNIDADE
- DIREITO DE PRODUZIR E APROPRIAR-SE DA CIDADE
- DIREITO DE ACESSO À CIDADE URBANIZADA E À MORADIA DIGNA



FOTO: Sociedade Barracão, Coletivo Trena.



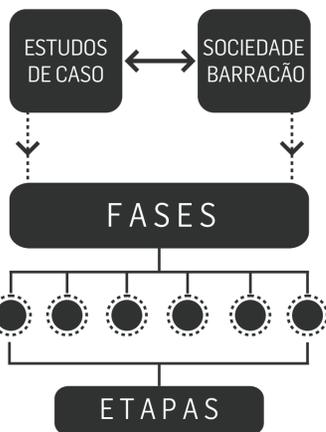
# DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA

O desenvolvimento da **metodologia** tomou como base **experiências bem sucedidas** de ATHIS aplicadas por profissionais no país nos últimos anos (Mutirão Paulo Freire - São Paulo, Cortiço da Rua do Ouvidor - São Paulo, Capelinha e Cocaia - São Bernardo do Campo). Cada uma dessas experiências foi analisada sob **cinco aspectos**: etapas, profissionais, objetivos, ferramentas e metodologia.

O objetivo foi analisar os casos entre si e compará-los com a experiência da Sociedade Barracão. A partir desse procedimento foi possível identificar **aspectos em comum** aplicados nas experiências de ATHIS estudadas e, também, identificar lacunas no caso da Sociedade Barracão.

Para que a aplicação da ATHIS seja efetiva, defende-se que ela deva integrar uma **Política Pública**, de preferência Municipal, que compreenda vários tipos de intervenção em assentamentos precários e garanta o financiamento e a presença de **profissionais capacitados** nos espaços de moradia popular. Além disso, todo o processo de intervenção deve contar com o apoio de um **Sistema de Gestão** para administrar agentes, instituições, escalas e processos envolvidos durante o desenvolvimento do projeto, execução e apropriação pelos moradores.

ESTUDO DE CASO	PAULO FREIRE	CORTIÇO RUA OUVIDOR	CAPELINHA E COCAIA	SOCIEDADE BARRACÃO
ETAPAS	1. Filiação a movimento social 2. Reuniões entre lideranças e iniciativas de autogestão 3. Busca pela assessoria técnica da Usina - CTAH 4. Ocupação de terreno vazio 5. Oficinas e reuniões de moradores com os profissionais 6. Desenvolvimento do Regulamento de Obras 7. Divisão e preparação dos grupos de trabalhos (obra e apoio)	1. Filiação a movimento social 2. Análise da realidade do prédio/contexto 3. Reuniões com moradores dinâmicas com adultos, adolescentes e crianças 5. Estabelecimento das diretrizes de projeto 6. Trâmites jurídico-financeiros 7. Definição de ações imediatas e a longo prazo apoio)	1. Iniciativa da Prefeitura de SBC em regularizar a área 2. Contratação da equipe de profissionais da Peabiru 3. Levantamento de dados e condições da área (diagnóstico) 4. Análise da realidade 5. Desenvolvimento de base georreferenciada 6. Definição das edificações a serem removidas e revitalizadas 7. Elaboração de projetos de urbanização e reforma ou construção de casas	1. Ocupação de terreno de massa falida 2. Conquista do direito de permanecer na terra 3. Proposta de realocação pela COHAB-CT 4. Luta pela urbanização da área e início dos trabalhos do Coletivo Trena 5. Visitas na área e decisões de projeto (urbanização e unidades habitacionais)
PROFISSIONAIS	Arquitetos e urbanistas, engenheiros e técnicos sociais	Arquitetos e urbanistas, engenheiros, sociólogos, advogados, psicólogos e terapeutas ocupacionais (formados e estudantes)	Arquitetos e urbanistas, engenheiros (em especial da área ambiental), sociólogos e geógrafos	Arquitetos e urbanistas, engenheiros, advogado e publicitária
OBJETIVOS	Planejar, desenvolver o projeto e auxiliar na construção de moradias	Integração social dos moradores e melhoria das condições de habitabilidade	Regularização de área frágil, melhoria de habitações existentes e construção de novas habitações	Urbanização da área em situação de vulnerabilidade
FERRAMENTAS	Conversas, oficinas, desenvolvimento de plantas em conjunto e manipulação de maquete	Conversas, reuniões, oficinas e estudos	Visitas frequentes na comunidade, levantamento de cada casa individualmente, conversas, oficinas e plantões de dúvidas	Visitas quinzenais, conversas com os moradores, apresentação dos projetos por meio digital
METODOLOGIA	Desenvolvimento de 4 etapas aplicando as ferramentas selecionadas pelos profissionais	Experiências e exemplos internacionais, articulação de professores e alunos, participação dos moradores, desenvolvimento de oficinas para todas as idades	Desenvolvimento de diagnóstico detalhado de toda a situação da área e de cada edificação, conversas e visitas frequentes com os moradores	Reconhecimento da área e dos problemas enfrentados, estabelecimento das necessidades a serem atendidas, visitas e reuniões com moradores, elaboração dos projetos, execução das obras com a supervisão dos profissionais



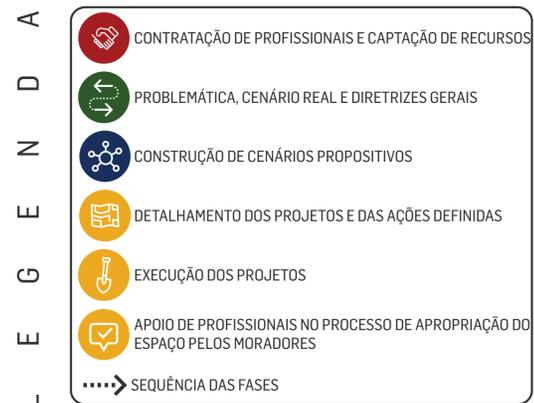
Desse modo, foi possível verificar que o processo de prestação de ATHIS conta com **FASES** para o desenvolvimento da intervenção. Cada uma delas envolve **ETAPAS** específicas, que puderam ser identificadas no projeto de TFG. Dentre as **seis fases** destacam-se: 1. Contratação dos profissionais e captação dos recursos; 2. Problemática e cenário real; 3. Construção de cenários propositivos; 4. Detalhamento dos projetos e das ações definidas; 5. Execução dos projetos; 6. Apoio de profissionais no processo de apropriação do espaço pelos moradores.

Estas fases não seguem necessariamente uma sequência linear, pois tomam como referência o processo de autoconstrução da moradia popular, que se realiza ao longo do tempo, de acordo com as necessidades, a capacidade de poupança familiar, dentre outros aspectos, e que se estende na maioria das vezes durante anos. Assim como nem todas obrigatoriamente estão presentes num ciclo de ATHIS, as combinações podem **variar**, dependendo da intervenção a ser feita, criando diversas combinações. A fase de Contratação de profissionais e captação de recursos, no entanto, está presente em qualquer tipo de combinação, sem a qual não se estabelece ATHIS.



O esquema de ATHIS dentro da **Política Municipal de Habitação** ilustra as várias modalidades de intervenção atendidas pelo Programa. Dentre as modalidades estão: urbanização de favelas, aluguel social, autogestão, ocupação de edifícios vazios e provisão habitacional. Para cada uma dessas intervenções há uma **sequência específica das fases** de prestação de ATHIS que se demonstra efetiva para a garantia do direito à moradia envolvendo profissionais e comunidade.

Foram elaborados diagramas das sequências de fases possíveis a partir de experiências de ATHIS. Uma das experiências é de autoconstrução no caso do Mutirão Paulo Freire; uma para ocupação de edifícios vazios baseado na experiência do Assentamento 20 de Novembro; e a última para projetos de melhorias habitacionais feitos pela CODHAB no Distrito Federal. Cada uma tem suas particularidades ilustradas pelos respectivos diagramas, porém, destaca-se a sequência de fases do Mutirão Paulo Freire por tratar de uma **sequência clássica de projeto**, além de ser a sequência referente à autoconstrução **detalhada** neste TFG.



# FASE: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A fase inicial do processo de prestação da Assistência Técnica corresponde à busca da comunidade por profissionais atuantes na área e, também, à busca por recursos que financiem as obras e o trabalho desses profissionais.

A primeira aproximação dos profissionais/técnicos com os moradores, mediada pelo governo local, deve estabelecer o escopo principal do projeto para, assim, ser construído um Plano de Ação que orientará a captação de recursos para projeto, obra e assinatura de contrato com profissionais. Desse modo, é fundamental entender a caracterização da situação fundiária e a **tipologia do assentamento precário** para definir qual o tipo de intervenção mais adequado para a área em questão.

Ou seja, com a apresentação das primeiras ideias de projeto a comunidade tratará, junto com a Prefeitura, qual a linha programática de ATHIS que atenderá os requisitos desejados e necessários.

A partir da aprovação do financiamento do projeto, da obra e a liberação dos recursos, enfim, são iniciadas as reuniões dos moradores com os profissionais, estes que contribuirão no gerenciamento dos recursos, definindo junto com a comunidade as ações prioritárias e estabelecendo um contrato de trabalho. Em suma, o contrato define o que será feito, quanto custará e quanto tempo o projeto e a obra levarão.

Com o fechamento do contrato, dá-se início ao desenvolvimento efetivo do projeto.



FOTO: Sociedade Barracão, Coletivo Trena.



## SOCIEDADE BARRACÃO: O QUE FOI FEITO

## O QUE DEVERIA SER FEITO

• Após a conquista do Usucapião Coletivo e o direito de ficar na terra, iniciou-se a busca dos moradores da Sociedade Barracão pela prestação de serviços públicos de abastecimento de água, esgoto e iluminação;

• Para isso, era necessária uma infraestrutura mínima na área, requerendo um projeto de urbanização realizado por profissionais capacitados;

• Por intermédio da organização não governamental Terra de Direitos, foi realizado o contato com o Coletivo Trena para trabalho voluntário de desenvolvimento de projeto de urbanização na Sociedade Barracão;

• Com as visitas iniciais realizadas pelos técnicos responsáveis, percebeu-se a carência de infraestrutura da área e das unidades habitacionais;

• A busca de recursos para o desenvolvimento e implantação do projeto de urbanização foi feita através da adesão a uma plataforma digital de arrecadação voluntária de fundos;

• Os fundos levantados não foram suficientes para cobrir os custos previstos na urbanização da área.

Trabalho prestado de desenvolvimento de projeto de urbanização na Sociedade Barracão feito pelos profissionais arquitetos e urbanistas

Busca por recursos enquadrando o assentamento precário em Programa de ATHIS

Aprovação de financiamento do projeto

Firmação de contrato dos moradores da Sociedade Barracão



FIGURA: Serigrafia Sociedade Barracão, Pablo

E T A P A S D A F A S E

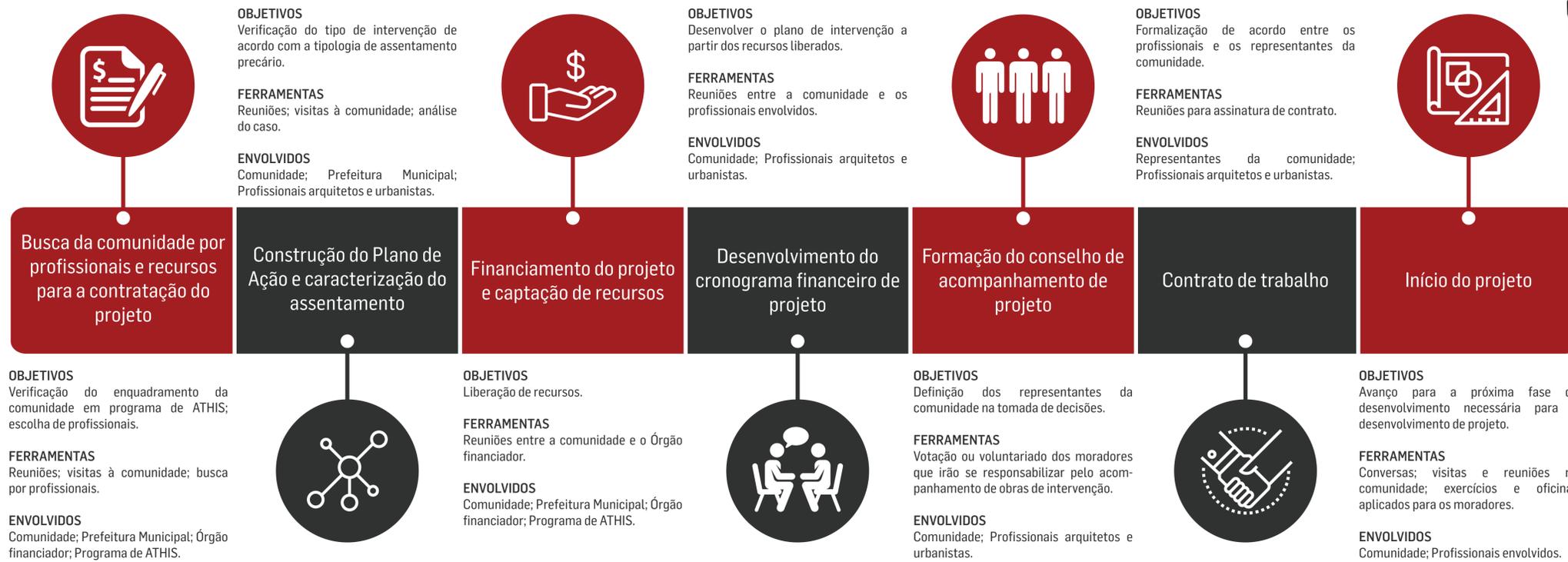


FOTO: Sociedade Barracão, José Carlos Fernandes.



# FASE: PROBLEMÁTICA, CENÁRIO REAL E DIRETRIZES GERAIS

A partir da firmação do contrato de trabalho, dá-se início à elaboração do projeto. Para isso é necessário conhecer a problemática da área e o cenário real que está sendo tratado no assentamento precário em questão, incluindo problemas presentes, conquistas já alcançadas, desafios a serem enfrentados e interesses dos moradores que serão possíveis autogestionários.

Assim, nesta fase deve ocorrer a importante aproximação dos profissionais com a comunidade de modo a estabelecer uma relação de confiança. Dessa maneira, são feitas visitas com apresentação de todos os profissionais que estarão envolvidos e presentes durante o processo de prestação de assistência técnica. Nessas visitas ocorrem conversas abertas e participativas inicialmente com os representantes da comunidade de modo a existir uma preparação para o processo da fase que está por vir. Posteriormente há a participação de todos os moradores.

Depois dos primeiros contatos de aproximação e das conversas, devem ser realizadas oficinas e reuniões específicas com crianças, adolescentes e adultos moradores do assentamento objetivando a compreensão das reais necessidades e anseios para a área, além de haver o compartilhamento mútuo de conhecimentos nessas atividades. O intuito disso é entender o que os moradores esperam para a área.

O diagnóstico participativo da área vem em seguida, de modo que os profissionais tomem conhecimento do cenário real tratado, contando com o auxílio dos moradores.

Fazem parte do diagnóstico: levantamento de campo que verifica a tipologia da ocupação e o uso do solo; levantamento das normas e legislação vigente; levantamento fotográfico; levantamento de dados socioeconômicos (número de famílias, renda, densidade), levantamento técnico das edificações (uso, materiais, número de pavimentos, dimensões, número de cômodos). Também são verificadas as condições sanitárias de abastecimento de água e esgoto, além do calçamento, da pavimentação e do abastecimento de energia elétrica, bem como a iluminação pública da área de ocupação precária. Com esse diagnóstico também é identificada a precariedade das edificações, indicando situações de risco, déficit do número de domicílios e/ou inadequação.

Em seguida, todos os dados levantados devem ser interpretados através da visão crítica e técnica do arquiteto e urbanista, este que tem a atribuição para identificar as dificuldades e potencialidades enfrentadas nas questões urbanísticas e habitacionais da área de ocupação irregular. No entanto, essa interpretação deve ocorrer também em conjunto com a comunidade de forma a indicar as diretrizes gerais que serão tomadas na intervenção.

É importante ressaltar que a Fase 2 não define ainda os cenários propositivos que serão criados pelos técnicos em conjunto com a comunidade. Trata-se de um embasamento a respeito do que será enfrentado e dos envolvidos, além ser o embrião de uma relação de confiança que se firmará ainda mais durante o processo de prestação de assistência técnica.



FOTO: Rucélia Mello, moradora da Sociedade Barracão, Alisson Castro CAU-PR.



FOTO: Reunião entre profissionais e moradores da Sociedade Barracão, Alisson Castro CAU-PR.

## ELEMENTOS DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO



### SOCIEDADE BARRACÃO: O QUE FOI FEITO

- Visitas realizadas pelos profissionais do Coletivo Trena na Sociedade Barracão com a apresentação dos profissionais envolvidos e moradores;
- Realização de levantamento de campo;
- Percepção pelos profissionais do Coletivo Trena da carência de infraestrutura da área de ocupação da Sociedade Barracão e da precariedade das habitações das 12 famílias moradoras;
- Decisão, por parte dos profissionais, de prestação de assistência técnica e elaboração de projetos de reforma e/ou construção de habitações para cada uma das famílias moradoras do assentamento precário;

### O QUE DEVERIA SER FEITO

- Preparação do processo com os representantes da comunidade
- Oficinas com todos os moradores a fim de compreender as necessidades e expectativas para a intervenção no assentamento precário
- Diagnóstico participativo da área com a realização de levantamentos de dados e caracterização de elementos presentes no assentamento
- Decisão das diretrizes de intervenção em conjunto com os moradores

E T A P A S D A F A S E



Aproximação entre os profissionais envolvidos e os moradores

**OBJETIVOS**  
Envolvimento dos moradores em atividades de apresentação e a aproximação organizadas pelos profissionais.

**FERRAMENTAS**  
Conversas; reuniões participativas; apresentações.

**ENVOLVIDOS**  
Comunidade; Profissionais envolvidos.

**OBJETIVOS**  
Compreensão das expectativas dos moradores para a área.

**FERRAMENTAS**  
Reuniões; oficinas com todos os moradores.

**ENVOLVIDOS**  
Comunidade; Profissionais arquitetos e urbanistas.



Compreensão das necessidades e anseios dos moradores



Levantamento diagnóstico participativo

**OBJETIVOS**  
Aproximação dos profissionais com a realidade do local contando com a participação dos moradores.

**FERRAMENTAS**  
Levantamento de campo; levantamento de normas e legislação; levantamento socioeconômico; levantamento técnico; levantamento fotográfico.

**ENVOLVIDOS**  
Comunidade; Profissionais envolvidos.

**OBJETIVOS**  
Análise crítica e discussão a respeito dos dados levantados no diagnóstico.

**FERRAMENTAS**  
Reuniões entre a comunidade e os profissionais envolvidos.

**ENVOLVIDOS**  
Comunidade; Profissionais arquitetos e urbanistas.

Interpretação dos dados obtidos



Definição das diretrizes gerais

**OBJETIVOS**  
Definição, a partir da interpretação dos dados obtidos, dos pontos de partida que guiarão o desenvolvimento do projeto.

**FERRAMENTAS**  
Reuniões na comunidade para definição das diretrizes em conjunto.

**ENVOLVIDOS**  
Comunidade; Profissionais arquitetos e urbanistas.



FOTO: Sociedade Barracão, Alisson Castro CAU-PR.



# FASE: CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS PROPOSITIVOS

Com as primeiras diretrizes gerais estabelecidas na Fase anterior, inicia-se a construção de cenários propositivos.

A partir da problematização da área, é possível realizar exercícios de exploração de possibilidades através de reuniões entre os profissionais e os moradores. Nessas reuniões são criados, livremente, cenários possíveis de acordo com o que já foi levantado em relação à necessidades e expectativas.

Por serem cenários criados livremente, a etapa seguinte consiste na realização da análise crítica dos que foram propostos a fim de verificar a viabilidade de cada um deles. Tudo isso através de conversas e reuniões que contam com a presença tanto dos profissionais, quanto da comunidade.

A definição do cenário proposto e possível é, portanto, fruto de análise crítica dos envolvidos. Quando definido, também são pensadas as estratégias, os instrumentos e as ações referentes a tal cenário, para que este seja concretizado. É importante destacar que todas essas reflexões incidem sobre todos os moradores, mas dependem do **tipo de assentamento precário** (cortiço, favela, loteamento clandestino ou conjunto habitacional em situação de irregularidade/degradado) para a tomada de decisão, já que cada um deles demanda ações e **profissionais específicos**.

O cenário definido deve, em seguida, ser representado graficamente. É papel dos arquitetos e urbanistas propor um Estudo Preliminar de Intervenção no Espaço, utilizando uma linguagem para leitura de projeto acessível aos moradores. Após a apresentação aos moradores e conforme a resposta dos mesmos, são feitas as alterações necessárias, caso existam, pelos profissionais. A partir de então, o projeto parte para a Fase de Detalhamento.

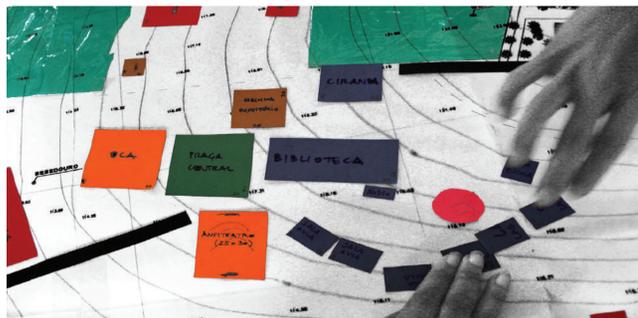


FOTO: Processo de espacialização dos edifícios no terreno - Escola de Agroecologia do MST, Usina - CTAH.

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS E PROFISSIONAIS ESPECÍFICOS

<b>CORTIÇO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Arquiteto e urbanista</li> <li>Engenheiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Advogado</li> <li>Técnicos sociais</li> </ul>	
<b>FAVELA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Arquiteto e urbanista</li> <li>Engenheiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Técnicos ambientais</li> <li>Técnicos sociais</li> </ul>	
<b>LOTEAMENTO IRREGULAR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Arquiteto e urbanista</li> <li>Geólogos</li> <li>Técnicos ambientais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Advogado</li> <li>Técnicos sociais</li> </ul>	
<b>CONJUNTO HABITACIONAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Arquiteto e urbanista</li> <li>Engenheiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Advogado</li> <li>Técnicos sociais</li> </ul>	



FOTO: Processo de projeto junto aos moradores - Reassentamento do Piquil de Baixo, Usina - CTAH.

## SOCIEDADE BARRACÃO: O QUE FOI FEITO

- Proposição do projeto de urbanização da área a partir de escolhas feitas pelos arquitetos e urbanistas;
- Reuniões envolvendo apenas a família moradora da casa que seria reformada, construída ou ampliada e o arquiteto e urbanista responsável pelo projeto (12 famílias – 1 arquiteto e urbanista por família) para a tomada de decisões;
- Desenvolvimentos de Estudos Preliminares das casas pelos arquitetos e urbanistas, conforme os pedidos das famílias;
- Aprovações e pedidos de alterações dos Estudos Preliminares das casas pelas famílias;
- Início de desenvolvimento dos projetos arquitetônicos das casas e de urbanização da área;

## O QUE DEVERIA SER FEITO

- Exercícios de exploração de possibilidades e proposição de cenários para a área desenvolvidos pelos profissionais em conjunto com a comunidade
- Análise dos cenários propostos e escolha do cenário proposto possível
- Desenvolvimento do Estudo Preliminar de urbanização da área



FOTO: Associação de Moradores do Conjunto Casa Branca, Usina - CTAH.

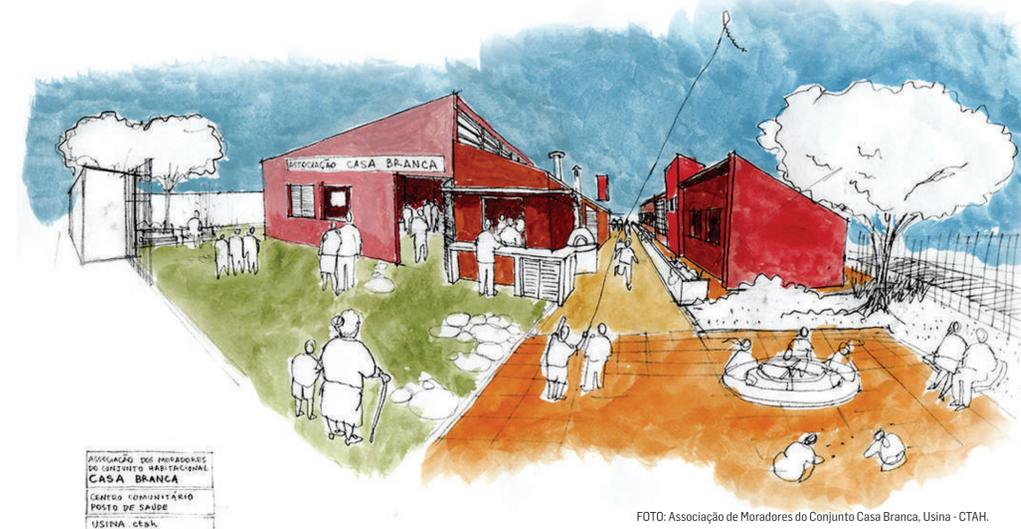


FOTO: Associação de Moradores do Conjunto Casa Branca, Usina - CTAH.

E T A P A S D A F A S E



**Proposição de cenários para transformação da realidade**

**OBJETIVOS**  
Exploração das possibilidades e expectativas para a intervenção no espaço a partir das Diretrizes Gerais.

**FERRAMENTAS**  
Exercícios de exploração de possibilidades realizados pelos profissionais com os moradores.

**ENVOLVIDOS**  
Comunidade; Profissionais arquitetos e urbanistas.

**OBJETIVOS**  
Verificação da viabilidade dos cenários.

**FERRAMENTAS**  
Reuniões envolvendo profissionais e moradores para avaliar criticamente as possibilidades propostas.

**ENVOLVIDOS**  
Comunidade; Profissionais arquitetos e urbanistas.



**Análise crítica dos cenários propostos**

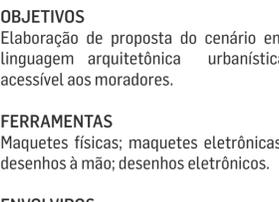


**Escolha do cenário a ser detalhado**

**OBJETIVOS**  
Definição do cenário mais adequado à realidade da comunidade.

**FERRAMENTAS**  
Reuniões e conversas entre profissionais e moradores.

**ENVOLVIDOS**  
Comunidade; Profissionais arquitetos e urbanistas.



**Desenvolvimento do Estudo Preliminar de intervenção no espaço**

**OBJETIVOS**  
Elaboração de proposta do cenário em linguagem arquitetônica urbanística acessível aos moradores.

**FERRAMENTAS**  
Maquetes físicas; maquetes eletrônicas; desenhos à mão; desenhos eletrônicos.

**ENVOLVIDOS**  
Comunidade; Profissionais arquitetos e urbanistas.



**Detalhamento de projeto**

**OBJETIVOS**  
Desenvolvimento do projeto arquitetônico e urbanístico após a aprovação do Estudo Preliminar pelos moradores.

**FERRAMENTAS**  
Desenhos e maquetes desenvolvidos pelos arquitetos e urbanistas.

**ENVOLVIDOS**  
Comunidade; Profissionais arquitetos e urbanistas.



# FASE: DETALHAMENTO DOS PROJETO E DAS AÇÕES DEFINIDAS

Esta fase corresponde ao desenvolvimento dos projetos arquitetônico/urbanístico, anteprojeto e projeto executivo referentes ao cenário definido em conjunto com os moradores.

Os profissionais arquitetos e urbanistas trabalham na produção do projeto arquitetônico ou urbanístico utilizando a metodologia etnográfica desenvolvida nas experiências feitas com a comunidade ao longo de todo o processo.

Durante o desenvolvimento desta Fase pode ser necessário incorporar profissionais das engenharias nos projetos estruturais e urbanísticos.

A linguagem arquitetônica utilizada pelos arquitetos e urbanistas nos projetos é a que se demonstrou mais eficiente para o entendimento dos moradores durante o processo de prestação de ATIS, seja através de maquetes físicas ou eletrônicas, desenhos à mão livre ou renderização. A comunidade não elabora esses materiais, porém participa ativamente de decisões e mudanças. Nesse sentido, é importante garantir a autonomia dos moradores para que eles possam representar e expressar suas opiniões claramente.

Dependendo da extensão do projeto, a participação da comunidade pode ser organizada em grupos e representantes.

Com o projeto de intervenção resolvido e aprovado pela comunidade, em seguida, tem início o desenvolvimento e a aprovação do projeto junto à Prefeitura Municipal, atividade sob responsabilidade dos arquitetos e urbanistas.

A partir disso, os profissionais partem para o desenvolvimento do projeto executivo, com os detalhamentos necessários, novamente podendo contar com a presença de outros profissionais, tais como engenheiros. Os meios de desenvolvimento do projeto executivo utilizados dependem de quem vai executar: se for o caso de uma **autogestão** dos moradores com a contratação de profissionais terceirizados para a execução da obra, o desenho técnico é utilizado; já se os moradores forem os **autoconstrutores** do projeto, então a linguagem arquitetônica utilizada para a leitura e execução de projeto deve ser a que foi estabelecida como a melhor interpretada pela comunidade.

## SOCIEDADE BARRAÇÃO: O QUE FOI FEITO

- Desenvolvimento do projeto de urbanização da área da Sociedade Barracão pelos arquitetos e urbanistas em conjunto com voluntários engenheiros do Sindicato dos Engenheiros do Paraná (SENGE);

- Desenvolvimento do projeto arquitetônico das casas de cada uma das 12 famílias. Cada edificação foi projetada pelo respectivo arquiteto e urbanista responsável. A representação de projeto seguiu as plataformas usuais dos profissionais;

- Apresentação de plantas, cortes, perspectivas isométricas e maquetes eletrônicas para os moradores. Esse tipo de representação se mostrou de difícil entendimento por parte dos moradores;

- Relato da arquiteta e urbanista do Coletivo Trena sobre haver insatisfação dos moradores a respeito do projeto de urbanização por ele não atender as demandas da comunidade. Com isso, não houve mobilização e interesse das famílias pela arrecadação de recursos para a implantação do mesmo.

## O QUE DEVERIA SER FEITO

Exercícios de entendimento de projeto com a comunidade, estabelecimento de uma linguagem de apresentação

Participação dos moradores nas decisões de projeto, seguindo os cenários possíveis

Apresentação dos projetos utilizando a linguagem adequada estabelecida junto com a comunidade

Aprovação dos projetos pela comunidade ou realização das alterações necessárias

Aprovação do projeto na Prefeitura Municipal



FOTO: Processo participativo dos quartos - Escola de Agroecologia do MST, Usina - CTAH.

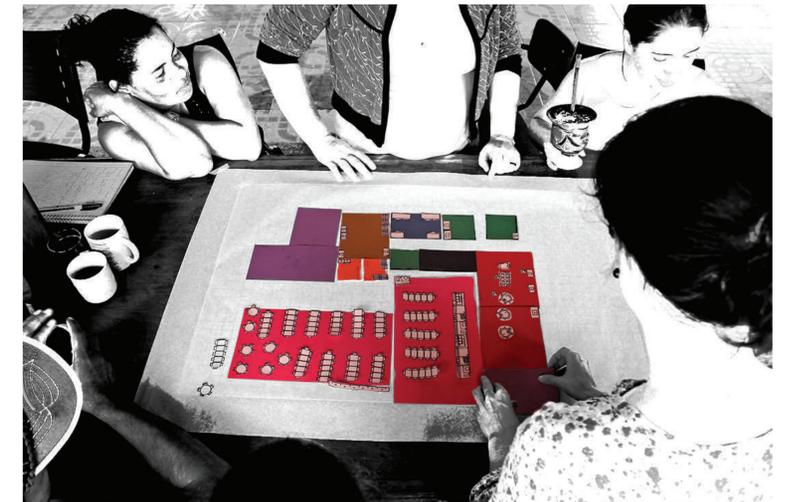


FOTO: Processo participativo da cozinha - Escola de Agroecologia do MST, Usina - CTAH.



FOTO: Comunidade da Terra - Dom Tomás Balduino, Usina - CTAH.

E T A P A S D A F A S E



Desenvolvimento do projeto arquitetônico ou urbanístico

**OBJETIVOS**  
Detalhamento do projeto arquitetônico ou urbanístico a partir do Estudo Preliminar.

**FERRAMENTAS**  
Desenhos e maquetes.

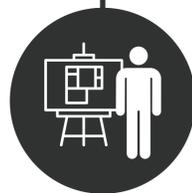
**ENVOLVIDOS**  
Comunidade; Profissionais arquitetos e urbanistas.

**OBJETIVOS**  
Visualização do projeto elaborado pelos arquitetos e urbanistas e aprovação pela comunidade.

**FERRAMENTAS**  
Reuniões para apresentação de desenhos e maquetes.

**ENVOLVIDOS**  
Comunidade; Profissionais arquitetos e urbanistas.

Apresentação do avanço das etapas para a comunidade



Aprovação do projeto arquitetônico ou urbanístico na Prefeitura Municipal

**OBJETIVOS**  
Verificação do projeto pela Prefeitura Municipal para aprovação e início de desenvolvimento do projeto executivo.

**FERRAMENTAS**  
Apresentação dos materiais gráficos produzidos pelos arquitetos e urbanísticos de acordo com os parâmetros da Prefeitura Municipal.

**ENVOLVIDOS**  
Profissionais arquitetos e urbanistas; Prefeitura Municipal.

**OBJETIVOS**  
Elaboração do Projeto Executivo direcionado à leitura dos construtores.

**FERRAMENTAS**  
Peças gráficas (2D e 3D) desenvolvidas para leitura de quem irá executar: moradores (autoconstrutores) ou mão de obra contratada.

**ENVOLVIDOS**  
Profissionais arquitetos e urbanistas.

Desenvolvimento do Projeto Executivo



FOTO: Conjunto Vila Simone, Usina - CTAH.



# FASE: EXECUÇÃO DOS PROJETOS

A Fase correspondente à execução dos projetos tem etapas diferentes conforme quem serão os responsáveis pela execução.

A construção, reforma ou ampliação de casas, assim como obras de urbanização simples podem ser executadas pelos próprios moradores da área quando instruídos e acompanhados tecnicamente para isso. Trata-se da **autoconstrução**.

Para ela ocorrer, primeiramente deve haver a criação de um regulamento de obras em conjunto com os profissionais, prevendo possíveis situações e soluções que podem vir a ocorrer durante a construção. Além disso, a aplicação de atividades de capacitação para os moradores que irão participar são meios essenciais que os profissionais devem utilizar para garantir a maior autonomia dos autoconstrutores e facilitar a execução das obras, sem deixar de seguir os projetos.

A partir disso, propõe-se a formação das equipes de execução e de apoio das obras, essas equipes que, preferencialmente, devem ser mistas e incluir pessoas com facilidade na tarefa na qual estão inseridas.

Também deve existir uma equipe administrativa, que seja responsável pela gestão e pelo planejamento da obra junto com os técnicos responsáveis. Com isso, podem ser iniciadas as obras de intervenção na área.

Já a **autogestão** é a contratação de profissionais assalariados especializados para a execução das obras. Os moradores são responsáveis, portanto, pelo acompanhamento do que será feito e pela contratação de tais profissionais.

Para tanto, faz-se necessária a formação de um grupo de representantes dos moradores encarregados da administração da obra. Feito isso, podem ser contratados os trabalhadores assalariados e dar início às obras.

Nos dois casos, os responsáveis técnicos dos projetos, que podem ser arquitetos urbanistas ou engenheiros, devem trabalhar no acompanhamento frequente das obras, estas que também devem cumprir um cronograma pré-estabelecido.

Embora a aprovação dos projetos pelos moradores da comunidade já tenha ocorrido na fase anterior, nesta fase devem ser previstas possíveis alterações de projeto durante a execução. Isso porque a concretização do que havia sido previsto garante aos moradores ainda mais clareza do resultado e, em alguns casos, a necessidade de novas mudanças.

Essas mudanças devem documentadas no projeto pelos arquitetos e urbanistas para a emissão um novo alvará junto à Prefeitura Municipal.

O **canteiro de obras** é, nos dois casos, um cenário importante para o aprendizado e a formação dos autoconstrutores e autogestores que, apesar de executarem tarefas diferentes, conseguem adquirir mais autonomia no processo participativo de apropriação coletiva conforme ocorre a prática no canteiro. Com essas experiências, as relações sociais também são alteradas e melhoradas durante o processo de mutirão, trazendo uma diferente perspectiva para os moradores a respeito da atuação deles e do envolvimento igualitário de homens e mulheres.



FOTO: Mutirão Paulo Freire, Usina - CTAH.



FOTO: Mutirão Paulo Freire, Usina - CTAH.

## SOCIEDADE BARRAÇÃO: O QUE FOI FEITO

- Iniciativa por parte dos arquitetos e urbanistas para doação de materiais, recursos e mão-de-obra voluntária para a implantação da urbanização;

- Falta de apoio por parte da comunidade à iniciativa dos profissionais pela busca de doação de materiais e recursos;

- Inviabilização da execução do projeto de urbanização por falta de materiais, recursos e concordância da comunidade pelo projeto proposto pelos profissionais;

- Autoconstrução das 12 unidades habitacionais pelos membros da comunidade, com acompanhamento quinzenal dos arquitetos e urbanistas responsáveis, porém sem seguirem os projetos elaborados pelos profissionais;

## O QUE DEVERIA SER FEITO

• Inserção do projeto num Programa de ATHIS que viabilizaria a captação de recursos e infraestrutura

• Acompanhamento diário dos profissionais responsáveis técnicos pela execução da obra, a partir da implantação de um Sistema de Gestão que facilite o entendimento do processo de execução de projeto por parte dos moradores com técnicas e formas de comunicação que contribuam para o aprendizado em relação à execução no canteiro de obras, recebendo acompanhamento técnico permanente

ETAPAS DA FASE

## A U T O C O N S T R U Ç Ã O



## A U T O G E S T Ã O



# FASE: APOIO DE PROFISSIONAIS NO PROCESSO DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELOS MORADORES

A fase posterior à execução das obras necessita do acompanhamento de profissionais para garantir uso e apropriação do que foi construído ou implantado, adaptação das famílias beneficiadas e também para auxiliar no caso da necessidade de novas intervenções. Para isso, arquitetos e urbanistas, engenheiros e assistentes sociais devem se fazer presentes na comunidade frequentemente.

Essa presença é garantida pela permanência dos profissionais nos escritórios de atendimento permanente do **SISTEMA DE GESTÃO** mesmo após a conclusão das intervenções, ou da maior parte delas. Pois, uma vez que a autoconstrução é um processo permanente, representação da forma mais comum de se produzir a cidade, é imprescindível que os arquitetos e urbanistas e engenheiros continuem atuantes para a garantia da qualidade de vida na comunidade.



FOTO: Mutirão União da Juta, Usina - CTAH.

## SOCIEDADE BARRACÃO: O QUE FOI FEITO

Esta fase não ocorreu no caso da Sociedade Barracão, pois os maiores problemas e obstáculos surgiram durante a fase de execução. Desacordos entre profissionais e moradores por conta de obras que não seguiram os projetos e a dificuldade de diálogo para melhorar o entendimento de projeto e legislação acabaram desgastando a relação entre os envolvidos. Além disso, o projeto de urbanização nunca saiu do papel por falta de recursos, de materiais para a implantação e também por conta da insatisfação dos membros da comunidade com a solução proposta pelos profissionais, que não atendia as reais necessidades da comunidade.



FOTO: Comuna da Terra - Dom Tomás Balduino, Usina - CTAH.



FOTO: Mutirão Paulo Freire, Usina - CTAH.



FOTO: Mutirão União da Juta, Usina - CTAH.

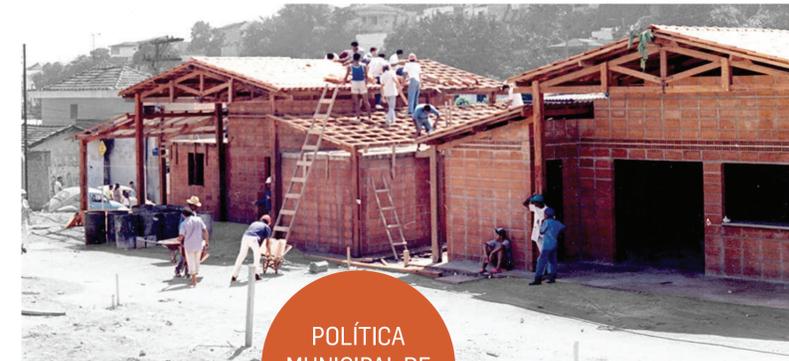


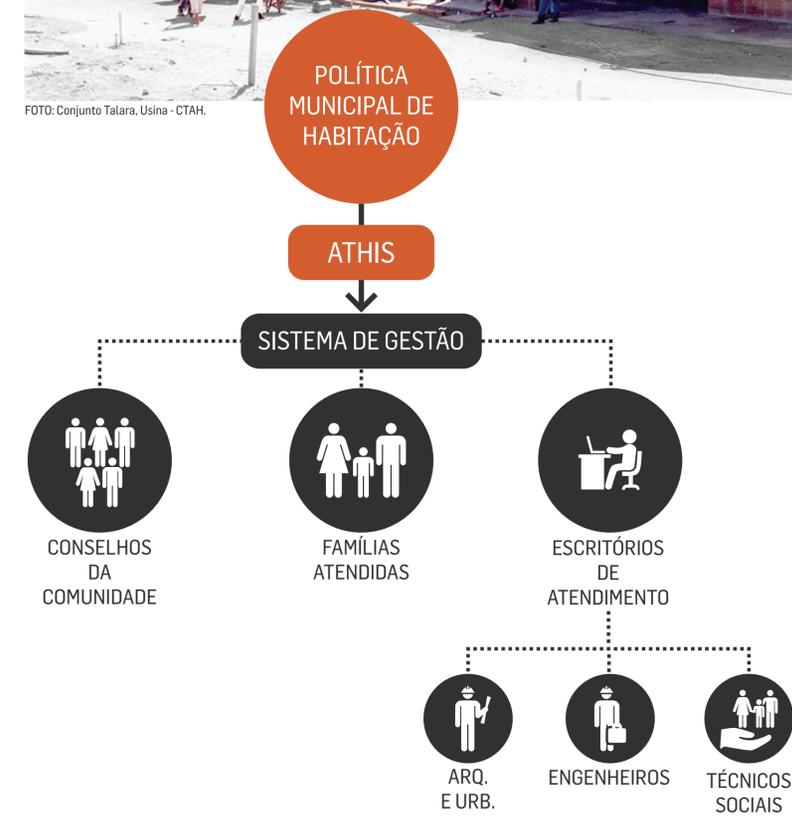
FOTO: Conjunto Tatara, Usina - CTAH.

## SISTEMA DE GESTÃO

Para o acompanhamento desde o início da intervenção até o apoio no processo de apropriação do espaço pelos moradores, é importante implantar **postos de atendimento** na comunidade que garantam a presença dos profissionais regularmente. O período de permanência e a quantidade desses postos na área depende da dimensão do assentamento precário e também da quantidade de intervenções que ele demanda, desse modo, cada posto abrange um determinado raio de atendimento.

A implantação dos postos de atendimento para ATHIS desde o período anterior às obras e intervenções tem significativa importância para o decorrer do processo. Experiências da CODHAB no Distrito Federal mostraram que a implantação dos postos antes da elaboração de qualquer projeto geraram efeito na **aproximação** dos profissionais com a comunidade e com a realidade da área, sendo esses profissionais responsáveis tanto pelo atendimento individualizado das famílias, quanto pela elaboração de projetos de revitalização e reurbanização dos espaços públicos. Além disso, os postos facilitam o atendimento no momento de inscrição dos moradores e na análise de dados socioeconômicos, garantindo a presença constante dos técnicos na comunidade e tornando possível compreender as especificidades do assentamento precário.

Os profissionais envolvidos são, usualmente, **arquitetos e urbanistas, engenheiros e técnicos sociais** que têm autonomia para tomar decisões a respeito de intervenções prioritárias e a longo prazo na área em que atuam. É necessário reconhecer os limites da atuação de cada profissional, portanto, a interdisciplinaridade no trabalho exercido através desses postos é fundamental para garantir o atendimento necessário a cada família e ao assentamento como um todo.



### OBJETIVOS

Acompanhamento profissional da apropriação do espaço pelos moradores.

### FERRAMENTAS

Reuniões, conversas e presença dos profissionais envolvidos.

### ENVOLVIDOS

Comunidade; Profissionais arquitetos e urbanistas; engenheiros; técnicos sociais.

Conclusão das obras

Apropriação do espaço transformado pelos moradores



### OBJETIVOS

Finalização dos trabalhos de obra e acabamento.

### FERRAMENTAS

### ENVOLVIDOS

Comunidade; Profissionais arquitetos e urbanistas; engenheiros; trabalhadores assalariados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a Constituição garanta o direito ao acesso à moradia digna, a Política Nacional de Habitação aplicada nos últimos anos não previu o combate ao déficit qualitativo das habitações brasileiras autoconstruídas. A Lei 11.888/2008 surgiu com o intuito de garantir a qualidade das moradias produzidas por autoconstrução através da Assistência Técnica gratuita para famílias de baixa renda, auxiliando na produção do espaço e representando grande avanço na esfera da moradia popular brasileira.

A experiência da Sociedade Barracão, favela que recebeu apoio técnico de profissionais do Coletivo Trena, demonstrou que a aplicação da ATHIS no país enfrenta muitas adversidades. A falta de apoio político, consequentemente de recursos destinados aos projetos e execuções, além da necessidade da preparação específica de profissionais para atuarem na prestação de Assistência Técnica são os principais problemas apresentados. No entanto, são experiências e iniciativas voluntárias como esta do Coletivo Trena, que inspiram e incentivam a busca pela garantia efetiva da ATHIS, inserida em uma política habitacional e aplicada através de metodologia específica.



FOTO: Posto de assistência técnica do Sol Nascente - Trecho 2, Codhab-DF.

